

O Mal e a Cura

“É de se perguntar - para que Congresso?” exclama o candidato Fernando Henrique Cardoso, exprimindo um sentimento que estava atravessado na garganta dos cidadãos, diante do comportamento monolítico dos deputados fazendeiros contra a criação da URV. O governo foi obrigado a bater em retirada para evitar derrota de consequências imprevisíveis.

Não foi o ex-ministro quem formulou a indagação, mas o candidato refletiu a indignação dos eleitores com o espetáculo do Congresso cujo combustível são os interesses corporativos. A indagação de Fernando Henrique veio como imposição do próprio raciocínio que reflete o espanto geral: “o Congresso mais uma vez errou; um Congresso que não votou a revisão, que não vota a URV” leva inevitavelmente à indagação que o candidato formulou.

Não faltará quem queira deduzir da pergunta uma resposta diferente do significado objetivo que ela encerra. A razão de ser do Congresso, como a casa da representação política, é aperfeiçoar as medidas que permitem ao Executivo exercer o governo e atender ao interesse público. A aprovação é parte do mesmo compromisso político, que é da essência do regime democrático. Não é, portanto, uma luta para verificar quem pode mais, pois não há vencedor nem vencido. Ou todos vencem ou todos perdem.

A obrigação maior do Legislativo é examinar, emendar e aprovar o Orçamento que espelha, na receita e na despesa, as possibilidades e necessidades nacionais. O poder de legislar dos congressos modernos não se afere pelo número de leis, mas pelo espírito público e a capacidade de assegurar-lhe viabilidade. O Congresso brasileiro, nesta representação e sob a atual Constituição, enveredou por um comportamento que é a negação das responsabilidades democráticas implícitas na divisão de poderes. Não houve o menor traço de grandeza na manobra para acuar o Executivo com a ameaça de frustrar a criação da Unidade Real de Valor à véspera da sua transformação em real. Ou, como alternativa, a de aprová-la ao preço exorbitante do atendimento de reivindicações insustentáveis à luz do interesse público.

Os cidadãos são mais cáusticos que o candidato

social-democrata quando diz que o Congresso errou. O processo de decisão é um torturante espetáculo de interesses baixos contrabandeados sob a capa do interesse público. A opinião geral está desalentada diante de um Congresso que se destaca — pelas próprias observações vindas de dentro dele — como o menos qualificado de quantas representações já se elegeram no Brasil. O consenso o aponta como o pior de todos.

A voz da experiência lembra que Congressos não são fechados, mas se fecham a si próprios. São os políticos que solapam as bases sobre as quais se constrói a credibilidade política. Para se conquistar a credibilidade são precisos muitos anos, mas para destruí-la um mandato mal desempenhado é suficiente. A atual representação falhou politicamente no desempenho da sua rotina e da missão extra que lhe coube. Teve a oportunidade de votar as leis complementares que dariam ao país uma taxa de governabilidade suficiente para afastar o fantasma da crise, mas não soube ou não quis aproveitá-la. Podia ter-se redimido com a revisão constitucional, mas faltou vontade política, e se empenhou exclusivamente no interesse corporativo que imobiliza o Congresso.

Que dizer de um Congresso que resumiu a sua obrigação de votar a um dia útil de trabalho por semana, a pretexto de que precisa “manter contato com as bases”? A eleição proporcional desautoriza a versão — o voto distrital ao menos permitiria o engodo, mas o voto proporcional dispensa o pretexto. Outro sofisma parlamentar é a esfarrapada desculpa do “trabalho nas comissões”. Que tanto produzem essas comissões, se nada chega ao plenário — exceto à miuçalha que concentra os interesses corporativos? Já se diz que o Congresso é o espaço da movimentação corporativa, em que se agrupam interesses que não ousam se apresentar em seu próprio nome.

Para coroar o mandato de omissão, o Congresso aprovou o início da revisão constitucional mas não lhe deu sequência nem consequência. Inconsciência política, espírito suicida ou um novo tipo de psicopatia corporativista? O tempo dirá, se houver tempo para o diagnóstico e o tratamento.